



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PLEONASMO OU NOVO CONCEITO¹

Silvana Matos Uhmman², Otavio Aloisio Maldaner³.

¹ Este trabalho apresenta ideias que serão desenvolvidas na pesquisa de dissertação de mestrado (2013-2014).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista FAPERGS/CAPE. E-mail: siilvaana@hotmail.com

³ Professor Dr. da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul nos programas de Graduação e Pós-Graduação. Professor Orientador. Email: maldaner@unijui.edu.br

Introdução

O sistema educacional é um dos mais importantes meios para a emancipação dos sujeitos, sendo cada vez mais campo de pesquisas, as quais buscam contribuir com metas e objetivos dispostos em políticas educacionais de âmbito nacional. Sobre estas, destaco disposições que expressam uma educação de qualidade para os estudantes.

Na Constituição Brasileira de 1988 está expresso o direito à educação a todos, afirmando em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), em seu artigo 4º, refere-se ao “dever do Estado com a educação escolar pública”, explicitado mediante uma série de disposições. Assim, tais documentos apontam o direito à educação [de qualidade] a todos.

No que se refere às escolas, propõe-se, atualmente, a implementação da Educação Inclusiva. Esta trata da educação de alunos deficientes que, tradicionalmente, se pautava num modelo segregado e que atualmente se volta para a necessidade de uma reorganização da escola para receber os alunos com deficiências. Carvalho (2008, p.98), com relação à proposta inclusiva, defende “uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não ‘expulse’ alunos com ‘problemas’”.

Cabe destacar que a autora se preocupa com uma escola para todos, isto é, que atenda as necessidades específicas de todos os alunos, possibilitando a aprendizagem e o desenvolvimento. Esta, além do dever de acolher a todos os alunos, deve suprir suas necessidades independentemente das dificuldades específicas de cada um. Entretanto, seguindo esta lógica, deparo-me com a problemática deste estudo: a educação – descrita nas disposições legais acima - por si só já não abarca (ou deveria abarcar) os ideais da Educação Inclusiva?

Neste sentido, justifico a figura de linguagem “pleonasma”, que para mim muito tem a ver como o momento atual que a educação vem passando. Essa figura de linguagem, segundo o dicionário Ferreira Aurélio (2001), tem o significado de repetição de uma ideia na mesma frase (ex.: subir para





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

cima, hemorragia de sangue, vi com os meus olhos). Dessa forma, este trabalho tem por objetivo: confrontar e refletir o sistema educacional atual de acordo com as disposições legais. Isso corrobora com o entendimento da relevância em pesquisar a Educação Inclusiva, visto que está ligada à necessidade de aprofundar o assunto que é de grande importância e interesse a todos os envolvidos no contexto educacional.

Metodologia

O trabalho investigativo será na perspectiva qualitativa de Lüdke e André (1986), que, segundo as autoras, é a opção metodológica que trata o objeto de estudo de forma significativa, atentando para todos os aspectos que dele fazem parte. Assim, entendo o âmbito qualitativo como adequado, pois busco tratar de questões referentes à educação em contexto de escola com atenção aos sujeitos que a constituem.

Somando-se a essas ideias, a pesquisa centra-se, nesta fase, na metodologia de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2007) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p.64). Ainda, ela “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao termo de estudo” (MARKONI & LAKATOS 1996, p. 66), o que permite o desenvolvimento de novas reflexões na busca de contribuir com o que já foi publicado sobre o tema.

Em contatos já mantidos com contextos da prática, algumas reflexões já puderam ser realizadas e que mostram impasses que pude depreender de discursos que permeiam a educação e a educação inclusiva e que passo a discutir a seguir.

Resultados e discussões

A educação, compreendida como processo de aprender e de ensinar, é um fenômeno presente em qualquer sociedade, sendo responsável pela manutenção e recriação da cultura e da emancipação dos sujeitos. Pela importância que tem, é campo de uma série de leis e pesquisas que visam concretizá-la com qualidade positiva. Decorrente dessa importância, ela é entendida [amparada por documentos legais] como direito de todos.

Entretanto, a partir da perspectiva inclusiva, surgiram diversas discussões no campo da educação com o objetivo de cumprir propostas de ensino de qualidade para todos, independente das características de cada aluno. A partir disso, destaco a dificuldade que a educação parece ter em “ser para todos”. Diante disso, há necessidade de outras medidas que visem contribuir na superação de dificuldades ou impasses atuais.

Como concepções da educação inclusiva, temos escola para todos e para cada um, uma proposta mais ambiciosa num contexto de sociedade igualitária para todos, em que cada um possa, na escola e na comunidade, interagir, sendo respeitado e tendo seus direitos garantidos. Segundo Sasaki





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

(1999, p.42) essa ‘quase utopia’ “repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação”.

Dessa forma, entendo que uma educação única, e para todos, ainda não consegue ser gerenciada no contexto educacional. Assim, torna-se necessária a busca por alternativas, tais como a Educação Inclusiva. Para tanto, destaco a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) na qual apresenta o alunado da Educação Especial, reafirmando que a educação não tem conseguido “ser para todos” – como firmado em políticas educacionais anteriormente citadas.

Isto nada mais é do que retórico, pois são conferidos o direito à educação para todos os alunos, entretanto alguns deles necessitam (constituem) a chamada Educação Inclusiva. Desta forma, são movimentados recursos e pensadas maneiras de incluir quem já deveria estar incluído. Penso que o conceito de Educação Inclusiva pode ser considerado igualmente como: “subir para cima” ou “adiar para depois”, visto que “a educação, por si só, deve ter esse mesmo papel” (UHMANN, 2013): inclusiva.

Conclusões

O sistema educacional construído, atualmente, apoiado em políticas educacionais, busca proporcionar educação a todos com qualidade. Construir uma escola acolhedora, responsável por proporcionar o acesso, permanência e sucesso a e de todos os alunos é tarefa desafiadora. Na escola, a diversidade deve ser valorizada em detrimento da homogeneidade, oferecendo, assim, a todos os alunos maiores oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Para tanto é preciso ser capaz de atender as necessidades educacionais de cada um dos alunos, incluindo aqueles que atualmente são marcados pelo ciclo da exclusão e do fracasso escolar. Em meio a isso, relevante é pensar em uma educação para todos, que não rotule, não exclua e que se dê conta de que é um importante mecanismo para a emancipação de seus alunos. Assim, penso que refletir sobre inclusão possa ser desnecessário, por ser para todos, as oportunidades igualitárias e de qualidade já de viam estar dadas.

Em suma, este trabalho problematiza fazer do desafio uma possibilidade, o que só será possível através de pesquisas e reflexões sobre a temática. Acredito que, quando damos um passo para frente, inevitavelmente deixamos coisas para trás. Portanto, reconhecer o hiato ainda existente entre a ‘Educação’ e a ‘Educação Inclusiva’ faz-se necessário para compreendermos a função que esta exerce nos/sobre os sujeitos. Uma vez compreendendo esta influência, pode-se avançar na aproximação de uma educação que deve ser inclusiva para todos.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Exclusão; Inclusão.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- UHMANN, Silvana Matos. Educação inclusiva deveria ser pleonasma. Jornal Zero Hora (29 de maio de 2013).